

SUBMISSÃO / RESUMO-EDITAIS (PROPEGI/PROEC/PROGRAD) -
TRABALHOS LOCAIS - PESQUISA

**ACORDOS PENAIS NO BRASIL E OS PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO
NO CONGRESSO NACIONAL**

Giovana Dutra Santos (giovana.dutra@upe.br)

Manuela Abath Valença (manuela.abath@upe.br)

A justiça penal negociada no Brasil é um fenômeno recente, marcado pela inserção progressiva de instrumentos que permitem a resolução de conflitos criminais por meio de acordos entre acusação e defesa, reduzindo assim, a necessidade de um processo judicial integral. Seu marco inicial foi a Lei nº 9.099/1995, que introduziu a transação penal e a suspensão condicional do processo para infrações de menor potencial ofensivo. Dessa forma, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo central analisar a justiça penal negociada, em específico seu reflexo na observação de projetos em tramitação no Congresso Nacional, e avaliar a evolução da legislação relacionada buscando traçar suas consequências no processo penal brasileiro. A metodologia inclui a identificação de um movimento gradativo de expansão desses mecanismos, por meio de pesquisa bibliográfica. Do ponto de vista legislativo, observa-se a expansão dos instrumentos negociais, iniciada com a colaboração premiada e consolidada pelo Pacote Anticrime de 2019, que

instituiu o acordo de não persecução penal e possibilitou a aplicação mais célere da pena. Observa-se, ainda, a permanência de propostas legislativas, como o Projeto de Lei nº 1.864/2019, que visam ampliar a utilização dos acordos penais, revelando uma tendência clara do Congresso Nacional em fortalecer o modelo de justiça negocial. Em conclusão, verifica-se que embora os mecanismos consensuais possam reduzir a morosidade judicial, sua expansão acarreta riscos à efetividade do contraditório e da ampla defesa. Assim, impõe-se a necessidade de um controle rigoroso e debate legislativo que assegurem a primazia da justiça sobre a mera eficiência processual e mais atento às consequências de sua generalização, a fim de garantir a proteção dos direitos fundamentais no processo penal.

Palavras-chave: negocial; legislação; tramitação.